

Insper

Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Ciências Econômicas

Julia Mendes de Oliveira Cerri

Liberalização da economia chilena e foco nas exportações: pioneirismo do Chile na América Latina e resultado das políticas econômicas tomadas

São Paulo

2019

Julia Mendes de Oliveira Cerri

Liberalização da economia chilena e foco nas exportações: pioneirismo do Chile na América Latina e resultado das políticas econômicas tomadas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de Graduação em Economia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia

Orientador: Prof. Camila de Freitas Souza Campos

São Paulo

2019

Cerri, Julia Mendes de Oliveira Cerri
Liberalização da economia chilena e foco nas
exportações: pioneirismo do Chile na América Latina e resultado
das políticas econômicas tomadas./

Julia Mendes de Oliveira Cerri. — São Paulo, 2019
27f

Monografia — Insper Instituto de Ensino e Pesquisa
Orientador: Prof. Camila de Freitas Souza Campos

1. Economia exportadora 2. Chile 3. Liberalização
econômica

I. Julia Mendes de Oliveira Cerri II. Liberalização da
economia chilena e foco nas exportações

Julia Mendes de Oliveira Cerri

Liberalização da economia chilena e foco nas exportações: pioneirismo do Chile na América Latina e resultado das políticas econômicas tomadas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa de Graduação em Economia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia

Orientador: Prof. Camila de Freitas Souza Campos

Banca Examinadora

Prof. Camila de Freitas Souza Campos

Prof. Klenio Barbosa

Resumo

O último século foi marcado por diferentes períodos, incluindo práticas econômicas protecionistas e liberais, além de tornar possível economias em desenvolvimento terem papéis relevantes na economia mundial. Na América do Sul, um caso estudado é o do Chile, país que foi pioneiro na adoção de medidas de liberalização e abertura econômica, teve o foco para a pauta exportadora ao invés da substituição das importações, prática mais usada pelos países em desenvolvimento. O Chile, a partir de 1973, começou a ter políticas focadas em abertura comercial e foco exportador, intensificado em 1983. Foi atingido pela Crise Mexicana, que atrelada a problemas econômicos internos sofreu uma forte crise em 1982, mas mostrou rápida recuperação, e continuou com práticas liberais, mas com um governo que incentivava e ajudava os exportadores: tanto com um câmbio desvalorizado quanto com subsídios. O Chile teve um crescimento do PIB acima do padrão latino americano, e até hoje suas exportações crescem. A partir de 1983, o governo buscava ampliar a pauta exportadora e também ampliar o número de mercados de destino. Fora políticas econômicas, o país também realizou reforma trabalhista e tributária, que tiveram bastante importância para o sucesso das outras práticas adotadas.

Palavras-chave: Economia exportadora, Chile, Liberalização econômica

Abstract

Last century was characterized by different periods, including economic protectionisms and liberal practices. Moreover, make it possible to developing countries have a significant role in the worldwide economy. In South America, a study case is about Chile, country that was pioneer in adopting the release of measures and economic openness, focusing on exportation issue instead of import substitution, most used practice by developing countries. From 1973, Chile started having policies driven by commercial opening and exportation, intensified in 1983. It was struck by the Mexican Crisis, that was tide to internal economic issues, and underwent an important crisis in 1982. Although it was promptly overcome, it remained with liberal practices, however the government encouraged and facilitated exporters and domestic companies: not only with depreciated exchange rate but also subsidies. Chile had a GDP growth above the Latin American standard and its exportation has still been growing up to today. From 1983 on the government has been pursuing the expansion of the exporting agenda and their destination. Besides economic policies, the country also realized Labour and Tax Reforms, which helped to the achievement of the other policies.

Keyword: Export economy, Chile, economic liberalization

Sumário

1. Introdução	8
2. Revisão Bibliográfica	11
3. Metodologia	32
4. Conclusão	33
Referências.....	36

1 Introdução

Nas últimas décadas, o mundo deixou de ser centrado apenas em Europa e Estados Unidos como grandes potências. Diversos países em desenvolvimento tiveram papéis notáveis na economia mundial, crescendo, desenvolvendo e se tornando casos de sucessos. O caso mais relevante é o conhecido 'Milagre dos Tigres Asiáticos', que abrange três grupos de países: o primeiro foi o Japão, com rápido crescimento econômico após estar destruído após a Segunda Guerra Mundial; o segundo grupo vem na década de 1960, com quatro pequenas economias Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura; por fim, na década de 1970 o crescimento da Malásia, Tailândia, Indonésia e a mais expressiva China. A China, por exemplo, foi o país que mais cresceu nos últimos 25 anos, com taxa média de crescimento de 10% a.a., atingindo o segundo posto em termos de PIB, atrás apenas dos EUA.

Os Tigres Asiáticos tiveram rápido crescimento de seus produtos internos brutos, com taxas médias de crescimento de 8% a 9% entre 1960 até a crise asiática que tomou conta de parte desses países. Nesse mesmo período, Europa e EUA cresciam a 2 ou 3% ao ano.

Esses países têm uma característica que os diferem bastante de outros países em desenvolvimento, eles são orientados para as exportações, diferente do consenso de que países em desenvolvimento poderiam criar a base industrial apenas por substituição de importação. As exportações desses países superam, muitas vezes, 100% do PIB. O sucesso pode ter sido tanto pela liberalização comercial, mas também pela intervenção de governos fomentando o comércio e a atividade econômica. A política comercial nesses países pode ser vista como favorecedora de um livre comércio regulado, que na realidade mantém altas taxas e cotas de importação, subsídios a exportações e outras políticas. Enquanto outras economias em desenvolvimento eram muito mais protetoras. Como pode ser visto abaixo:

Tabela 1 - Taxas médias de proteção em 1985

Taxas médias de proteção em 1985	
Tigres Asiáticos	24
Outras economias da Ásia	42
América do Sul	46
África Subsaariana	34

Fonte: Krugman e Obstfeld (2006)

Nessas economias de sucesso da Ásia, políticas industriais também tiveram um papel relevante, e mostram o 'intervencionismo sofisticado' mencionado no Krugman e Obstfeld (2006), que incluem empréstimos a juros baixos e apoio do governo para P&D. Apesar dos autores, concluírem que as políticas industriais foram realizadas de formas diferentes nos países, onde algumas chegavam a ser uma espécie de *laissez-faire*, e não haver consenso de que as políticas tiveram ou não sucesso. Por fim, essas economias apresentam não apenas o fomento as exportações, mas também altas taxas de poupança e melhora no sistema educacional.

A América Latina, no início dos anos 80, sofreu com queda nas taxas de crescimento, inflação e restrição de crédito externo, e nesse mesmo período predominavam ideias liberais em países desenvolvidos, que mais tarde em 1989 foram ditadas pelo Consenso de Washington¹. Os problemas da região foram vistos como “ineficiência da estrutura econômica decorrente da baixa exposição à concorrência internacional e da forte presença do Estado” (Silva Ilha, Adayr, 2006, p.134). As reformas que deveriam ser tomadas são aquelas que levam a competitividade, como taxas de câmbio competitivas, desregulamentação, liberalização comercial, privatização, eliminação de barreiras, entre outras.

O Chile foi o país pioneiro da América Latina a adotar políticas neoliberais, sendo uma economia de destaque com crescimento acima da média por mais de duas décadas na região. E como será discutido adiante, foi um país que a partir da década de 70 tomou decisões políticas voltadas para o livre mercado e com forte foco para as exportações, seguindo o caso de sucesso de crescimento dos tigres asiáticos e recomendações da época. O país passou por um regime autoritário, e que após superar uma crise no começo dos anos 80, foi adotando medidas liberais e ao mesmo tempo intervencionistas em favor de exportações, podendo ser, como dito por Krugman e Obstfeld (2006), um 'intervencionismo sofisticado'. Diferente de outros países da América Latina que tomaram medidas mais protecionistas, mantendo a ideia de substituição de importação. Como vemos na Tabela 2 abaixo, o Chile, com tais medidas foi o país que obteve uma maior média de crescimento a partir de 1983, após superar a crise.

¹ Consenso de Washington é um conjunto de dez políticas econômicas liberais, criadas em 1989 em um encontro de instituições como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, com o intuito de acelerar o desenvolvimento de alguns países

Tabela 2 – Taxas de Crescimento do PIB dos países da América do Sul, separados por períodos, entre 1970 e 2017.

	Anos 70	Anos 80	Anos 90	Anos 2000	2010-2017	Média de Crescimento do PIB
Argentina	2,9	-0,7	4,5	2,6	2,3	2,2
Bolívia	4,0	-0,4	4,0	3,7	5,0	3,0
Brasil	8,5	3,0	1,9	3,4	1,4	2,5
Chile	2,5	3,6	6,1	4,2	3,5	4,4
Colômbia	5,8	3,4	2,9	4,1	3,8	3,5
Equador	7,3	2,6	2,3	3,9	3,4	3,0
Guiana	1,7	-2,8	4,8	2,0	4,1	1,9
Peru	3,5	0,4	3,2	5,0	4,8	3,3
Paraguai	8,3	4,9	3,1	2,0	5,3	3,8
Suriname	2,0	-1,4	0,7	4,5	1,2	1,2
Uruguai	2,7	0,7	3,7	2,2	3,6	2,5

Fonte: Banco Mundial, Elaboração Própria

O crescimento do Chile no período de 1980 a 2017 se deve ao crescimento das exportações (Agosian, 1999), que gerou maiores divisas para o país podendo aumentar também importações e preservou o país de crises externas. Medidas governamentais que favoreciam e ajudavam o setor exportador e suas empresas foram tomadas, medidas de livre mercado para incentivar a competição foram postas em práticas sendo mais protecionistas em período de crise.

O objetivo desse estudo, é então entender se de fato o Chile teve medidas voltadas mais para o livre comércio e focadas em exportações do que outros vizinhos, e buscar quais políticas podem ter contribuído para um maior sucesso no crescimento do produto interno bruto desse país. Além disso, o estudo visa mostrar a relação entre o sucesso exportador e o crescimento econômico, bem como o papel do Estado no desenvolvimento. No próximo item desse estudo, será apresentado os fatos e acontecimentos que o Chile passou principalmente entre 1973 e 2000, e dados que ajudam a exemplificar isso. Depois haverá uma breve explicação da metodologia desse estudo, e por fim as conclusões.

2 Revisão Bibliográfica

De acordo com Almeida (2001), o século XX passou por diversas fases econômicas, alternando períodos de liberalização e períodos de protecionismo comercial, além de inúmeras mudanças na economia internacional com saltos tecnológicos, anos de crescimento e anos de crises financeiras, e um processo de globalização e internacionalização. A primeira metade do século passado, foi marcada por um início de *laissez-faire*, que foi interrompido pela Primeira Guerra, regimes socialistas e fascistas, e por fim pela Crise de 1929. A partir dos anos 30, os ideais keynesianos tiveram grande influência, e governos passaram a exercer mais controle sobre a economia. O protecionismo, com altas tarifas e barreiras comerciais e comércio bilateral, dominou até o fim da Segunda Guerra Mundial em que instituições visando o comércio internacional foram criadas, período também que a hegemonia mundial deixa de ser apenas dos países do G7, e os países em desenvolvimento ganham participação nesse cenário. Mesmo assim, os países em desenvolvimento tendiam a defender práticas protecionistas.

O Chile igualmente aos outros países passou por uma fase protecionista após a Primeira Guerra, e criou uma indústria manufatureira ineficiente e ociosa durante o período, porém a partir de 1970, o governo optou por seguir uma linha diferente de seus vizinhos em desenvolvimento, adotando políticas neoliberais. O país, pioneiro na adoção das práticas liberais e seguindo os 'Chicago Boys', experimentou altas taxas de crescimento após a liberalização comercial na metade da década de 1980, superando a Crise Mexicana de 1982 que contagiou o continente latino americano, com a remoção de barreiras comerciais. O início da abertura comercial veio com o Golpe de Estado em 1973, com Augusto Pinochet no poder entre 1973 e 1989. A primeira parte da abertura foi marcada pelas primeiras reformas econômicas e gerou um crescimento de PIB estável de 1,7%, período para a economia começar a funcionar nos novos moldes, entre 1973 e 1982. No início dos anos 70 o Chile sofria com alta inflação, dívida externa pressionando o balanço de pagamentos e um déficit público que chegou a 11,5% do PIB, não o bastante havia pouco investimento e infraestrutura precária. Durante alguns anos o país teve que lidar com a inflação e com câmbio que pouco davam respostas as políticas governamentais, gerando uma queda de PIB de 17% em 1975, seguida depois por recuperação (Ffrench-Davis, 2002). A segunda fase começa após a crise da dívida externa dos países da América

Latina, após a declaração de moratória mexicana, assim essa fase inicia com a recuperação econômica e intensificação do sistema de abertura comercial. Por fim, a partir de 1990 houve a retomada do governo democrático e continuação do desenvolvimento chileno, desta vez com práticas liberais, mas também maior controle do governo. A economia foi impactada no fim da década com a Crise da Ásia.

A primeira fase de mudanças aconteceu após Pinochet tomar o poder com um governo militar em 1973, a nova equipe priorizou e realizou reformas econômicas e também sociais, estas últimas postas em prática mais no fim da década. As quatro principais reformas econômicas estavam relacionadas a liberalização das importações, liberalização do setor financeiro interno, abertura da conta capital e privatizações. Algumas medidas liberais adotadas foram a unificação do câmbio, a eliminação de cotas de importação, a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias e a padronização de impostos às importações. Também houve a abolição dos controles de preços, privatização dos bancos e desregulamentação do sistema financeiro, privatização de empresas estatais tradicionais, liberalização do mercado de trabalho e supressão de direitos sindicais de trabalhadores, além de uma reforma tributária. (Mussa; Carvalho, 2007)

Entre as primeiras reformas realizadas estava a relacionada com comércio internacional, quesito qual a equipe considerava que o protecionismo reduzia a eficiência das empresas, prejudicava os consumidores e também exportadores. Desejava-se então acabar com o sistema tarifário e não tarifário. Antes da tomada de poder de Pinochet, a tarifa simples média era de 94%, existindo 57 tipos diferentes de tarifas, variando de 0% a 220%, além de outras medidas não tarifárias, como quotas e proibições, e também diferentes taxas de câmbio. Então, as reduções das tarifas de importação foram feitas gradualmente no período entre 1974 e 1981, sendo padronizada no fim a aproximadamente 10% para todos os produtos, exceto automóveis. Essa medida fomentou as importações, e para a balança comercial não ficar deficitária, houve uma medida de desvalorização do câmbio, no intuito de ajudar as exportações chilenas e também compensar uma parte da perda de proteção dos produtores internos, como pode ser visto na Tabela 3 abaixo. O equilíbrio na balança de pagamentos é importante, já que se não houver como pagar pelas importações, a demanda por bens terá que ser restringida, assim, a economia não crescerá. Em 1973, uma primeira forte desvalorização foi feita e a partir de então minidesvalorizações seguiram acontecendo até 1979. Em 1979, o peso foi atrelado

ao dólar, causando uma forte valorização da moeda. Entre 1979 e 1981 houve um afluxo de investimentos estrangeiros, ajudando a economia chilena a crescer.

Ademais, durante a primeira liberalização comercial, permitiu-se uma prolongada apreciação cambial, vinculada a liberalizantes fluxos de capital privados. Esses fatores, apesar de terem tido um impacto positivo importante sobre o dinamismo exportador em decorrência da redução dos custos dos insumos importados, foram também bastante custosos. Parte significativa da capacidade manufatureira foi destruída e não reorientada ao setor de exportação, como os setores têxtil e metalúrgico, que praticamente desapareceram. (Lopes; Carvalho, 2010, p.659)

No entanto, no fim dos anos 70, a política de câmbio acabou resultando em um déficit comercial e na conta corrente, contribuindo para a crise que viria. Com a crise, as tarifas de importação subiram de 10% para 20% em 1983, e logo para 35% em 1984. Após indícios de recuperação da economia, novamente as taxas foram sendo reduzidas, chegando a 15% em 1988. E por fim, com o novo governo democrático em 1991 as tarifas foram padronizadas em 11%, com redução gradual a partir de 1998 até 6% em 2003.

Tabela 3 – Alíquota de importação média (%) e taxa real de câmbio (1986=100), 1973 a 2001.

Chile: alíquota de importação média (%) e índice de câmbio real (1986=100), 1973-2015		
Ano	Alíquota de importação média (%)	Taxa real de câmbio (1986=100)
1973	94,0	65,1
1974-79	35,3	73,2
1980-82	10,1	57,6
1983-85	22,7	79,1
1986-89	17,6	106,6
1990-95	12,0	99,5
1996-98	11,0	80,3
1999-2000	9,0	84,2
2001-2005		98,2
2006-2010		93,7
2010-2015		93,4

Fonte: De 1973 a 1998 FFRENCH-DAVIS, 2002a, p. 145. citado por Mussa, Carvalho (2007). A partir de 2000, Banco Central do Chile. Elaboração Própria.

Outra reforma no início do governo militar foi a reforma financeira interna, na qual extinguiram as restrições de intermediações financeiras, acabaram as exigências de crédito rígidas, limitaram as restrições a empréstimos externos, depois acabando com todas as restrições, eliminaram as restrições ao endividamento externo, eliminaram limite de taxas de juros, reduziram o depósito compulsório de 80% para 10% e por fim relaxaram com a supervisão e regulação. Também permitiram operações de financeiras (não reguladas). Em 1975 os bancos ficaram livres para determinar as taxas de empréstimos e depósitos, além do setor bancário ser privatizado e ser permitido a operação de instituições não chilenas. Contudo, a rápida expansão do crédito, taxas de juros disparando e imprudência com as normas causaram a insolvência de inúmeras instituições. Assim, uma crise financeira se juntaria com a já mencionada crise no balanço de pagamentos. Em 1982 o governo teve que intervir, houve transferência de dívidas incobráveis para o Banco Central, acesso a divisas a taxas preferenciais e reescalonamento das dívidas, o programa de ajuda ao sistema financeiro chegou então a 35% do PIB da época (Stallings et al., 2001). O período pós crise foi regulamentado pela Lei Geral dos Bancos em 1986, estabelecendo limites de crédito, risco das carteiras, limite de garantia de depósitos, requisitos para perdas de empréstimos, entre outros. Com um sistema financeiro mais regulamentado, no final dos anos 80, foi possível reduzir as taxas de juros e incentivar os investimentos.

Também de acordo com Stallings et al. (2001), a terceira reforma foi a abertura da conta de capitais, que está bastante relacionada com a liberalização financeira interna. A partir de 1974, os estrangeiros foram autorizados a atuar no Chile sem restrições e a lei de investimentos estrangeiros foi modificada concedendo tratamento igual a estrangeiros e chilenos, dando acesso ao mercado formal de divisas para repatriação de capital e remessa de lucro.

A quarta reforma econômica era sobre privatizações, devolvendo mais de 300 empresas (principalmente do setor industrial), que haviam sido intervindas pelo governo Allende (1970-1973), ao setor privado, e vendendo outras 200 que haviam sido adquiridas pelo mesmo governo. Houve venda, geralmente de empresas menores, e leilões, de grandes empresas, muitas vezes com crédito e subsídio do governo facilitando e aumentando o poder dos compradores. Assim, houve concentração de poder e propriedade, além de que controladores de bancos também participaram da compra de empresas. Quando a crise de 1982 atingiu o país, com o

fato de bancos terem adquirido empresas e o governo ter de intervir nos bancos, muitas empresas foram novamente estatizadas. Após a crise, o cuidado nas vendas e leilões foi maior, mantendo a ideia de dispersão de propriedade, e compradores tinham que provar solvência, além de não haver crédito e subsídio do governo. Algumas das maiores empresas, de setores de energia, comunicação e aéreo, foram mantidas pelo Governo até o fim da década de 80. As empresas de cobre (CODELCO), de Petróleo (ENAP) e o Banco del Estado não fizeram parte das privatizações em nenhum momento.

As reformas sociais de trabalho, da previdência e da saúde aconteceram mais tardiamente, mas tinham como objetivo seguir a lógica das reformas econômicas. A do trabalho estava relacionada aos custos e competitividade da indústria, a da saúde permitiu participação do setor privado, e a da pensão caminhou de acordo com a reforma financeira com contribuições individuais (Stallings et al., 2001), a qual é ainda hoje exemplo para muitos países.

Para vermos alguns impactos macroeconômicos das políticas tomadas entre 1973 e 2000, podemos analisar alguns indicadores na tabela abaixo (Tabela 4), o crescimento do PIB, tanto agregado quanto o per capita, possuem tendências similares, sendo de crescimento após o início do governo do Pinochet, desaceleração no período de crise, alto crescimento entre 1985 e 1989 com a volta das medidas econômicas favorecendo crescimento e então, crescimento sustentável na década seguinte. De acordo com Stallings et al. (2001), dois componentes fundamentais para o crescimento chileno foram as exportações e o investimento, na década de sessenta e entre 1971-1973 elas constituíam uma pequena parte do produto (13% e 10% respectivamente). Contudo podemos ver que após o novo governo o crescimento das exportações foi expressivo, chegando na última década do século XX a 37% do produto interno bruto. Já o investimento caiu de 19% na década de 60 para 16% entre 1971 e 1973 (Stallings et al., 2001), ficou estável nos primeiros anos do governo, tendo ainda uma queda entre 1982 e 1984, porém após a crise teve uma melhora e chegou ao auge entre 1990 e 2000. Assim, tanto as exportações quanto os investimentos tiveram os melhores resultados apenas nos anos 90. Ainda na Tabela 4 podemos ver dados sobre financiamento dos investimentos, em que no início apenas 12,6% do financiamento vinha da poupança nacional, ou seja, ainda grande parte vinha do financiamento externo. No período de crise, a situação se degradou e a maior parte do investimento foi devido ao financiamento externo. Depois a situação melhorou, e o

financiamento nacional começou a representar a maior parte dos investimentos, e por fim entre 1990 e 2000, o Chile apresentou uma característica de países desenvolvidos, em que o financiamento nacional passou a representar mais de 90% dos investimentos.

Tabela 4 – Evolução das variáveis econômicas no período de 1974 a 2000

Variável	Variáveis econômicas, 1974 - 2010				
	1974-1981	1982-1984	1985-1989	1990-2000	2001-10
PIB agregado (variação %)	3,3	-3,9	6,7	6,3	4,2
PIB per capita (variação %)	1,7	-5,4	4,9	4,7	5,3
Exportações/PIB	20,7	26,0	29,6	37,2	39,3
Investimento/PIB	15,8	13,0	19,6	23,5	21,7
Poupança nacional/PIB	12,6	3,1	16,5	21,8	23,0
Poupança externa/PIB	5,0	8,4	4,9	3,1	-1,0

Fonte: De 1974 a 1981 - Banco Central de Chile, mencionado por Stallings et al. (2001). De 2001 a 2010 – Banco Central de Chile, Elaboração Própria.

As quatro principais políticas econômicas que aconteceram entre 1974 e 2000, podem ser associadas a diferentes pontos do desenvolvimento econômico. A liberalização do comércio foi fundamental para explicar o aumento das exportações em todo o período, e contribuiu para a maior competitividade da indústria chilena. A liberalização financeira interna primeiro trouxe um excesso no consumo e o enfraquecimento de instituições financeiras, com crédito excessivo, porém após a crise, contribuiu positivamente. A abertura da conta de capitais também teve pontos positivos e negativos, como positivo permitiu uma maior entrada de divisas no país, porém gerou alto endividamento e em alguns períodos pressionou o câmbio, prejudicando os exportadores. Em relação as privatizações, na primeira rodada causou incerteza macroeconômica reduzindo os investimentos, e na segunda rodada favoreceu o aumento dos investimentos. (Stallings et al., 2001)

Durante o período de reformas acima, outras medidas foram tomadas para ajudar no desenvolvimento econômico. A onda de investimentos e o crescimento foram interrompidos em 1982, quando a crise do México contagiou o Chile, e a fuga de capitais foi rápida e intensa, com a colaboração dos fatores internos já mencionados: a crise do balanço de pagamentos e a crise financeira. Houve quebra de inúmeros bancos, o desemprego ficou alto e o PIB caiu 14% nesse ano. O Estado

intervenções, estatizando bancos e ajudando empresas que sofreram profundamente com a recessão, e estavam endividadas em moeda estrangeira.

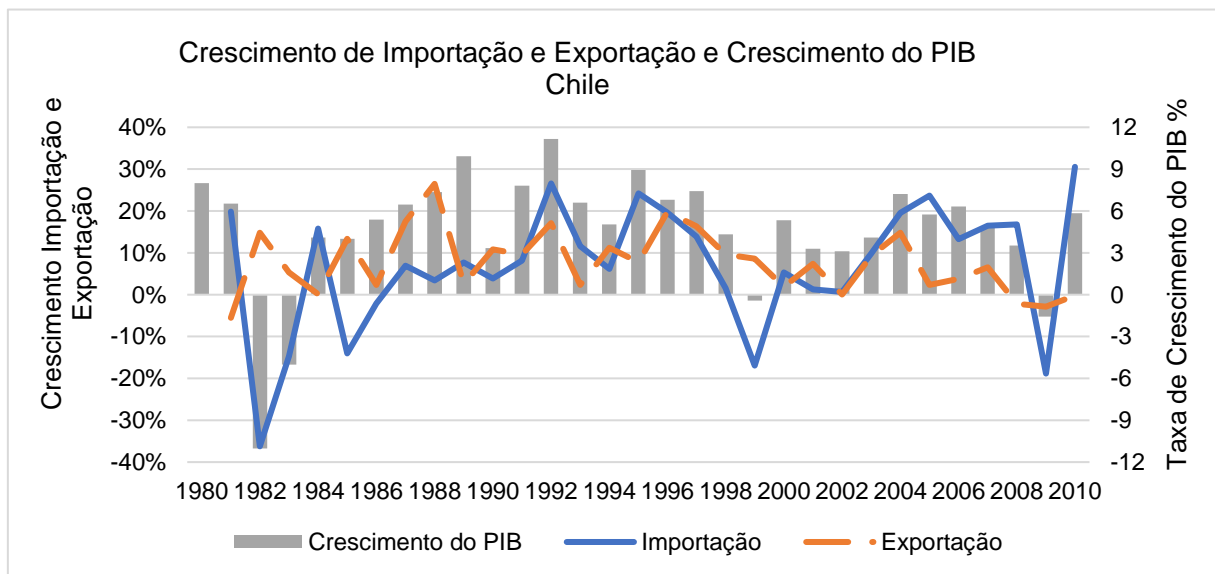
A crise induziu o governo a rever as políticas macroeconômicas. A ideia permaneceu sendo de fomento as exportações e de abertura comercial, mas com um governo adotando medidas reguladoras e políticas macroeconômicas a fim de ajudar a economia. É importante pensar que uma economia relativamente pequena tem um mercado interno restrito, assim, focando nas exportações, a demanda aumenta e as taxas de crescimento tendem a crescer de forma mais contínua. No primeiro momento, o câmbio sofreu uma desvalorização de 90% para ajudar as exportações e tarifas de importação ficaram mais altas para proteger a indústria interna, como dito anteriormente (Tabela 3 acima).

A recuperação do país foi rápida, e já em 1984 o produto interno bruto voltava a crescer. O governo passou a incentivar as exportações com isenção de impostos e subsídios aos exportadores. Entre os métodos introduzidos para ajudar os exportadores estão a devolução do imposto de importação sobre os insumos usados para produção de bens que seriam exportados, a devolução simplificada de impostos às importações menores (até 20 milhões de dólares) e subsídios diretos a pequenos exportadores. Também focou na pauta exportadora chilena, baseada em produtos primários, liderados pelo cobre. E visou trazer investimento direto estrangeiro, que passou a crescer apenas em 1987, a grande maioria foi para o setor de mineração. O governo, porém, tomou medidas para incentivar o IDE em outros setores, essa política fazia com que os projetos que fossem receber os aportes passassem por aprovação prévia, além de serem priorizados os que fossem voltados para exportações, a maioria deles foi para manufatura e agricultura (exploração florestal, papel e celulose).

Assim, as tarifas de importação que tinham aumentado pós crise, voltaram a cair a fim de não proteger excessivamente a indústria interna, favorecendo a competição, além disso “Ao contrário da primeira reforma comercial, na segunda foi registrada uma significativa recuperação da produção de substitutos da importação, principalmente entre 1984 e o final da década” (Lopes; Carvalho, 2010) e atrelado ao câmbio mais depreciado foi possível a produção de bens competitivos com importação. Abaixo (Gráfico 1) vemos como foi o crescimento do volume das exportações chilenas a partir de 1981, e também das importações. Fica evidente que em períodos de crise as importações caíram mais do que as exportações, sinal que pode fazer com que um país se recupere e mantenha melhor sua economia caso haja

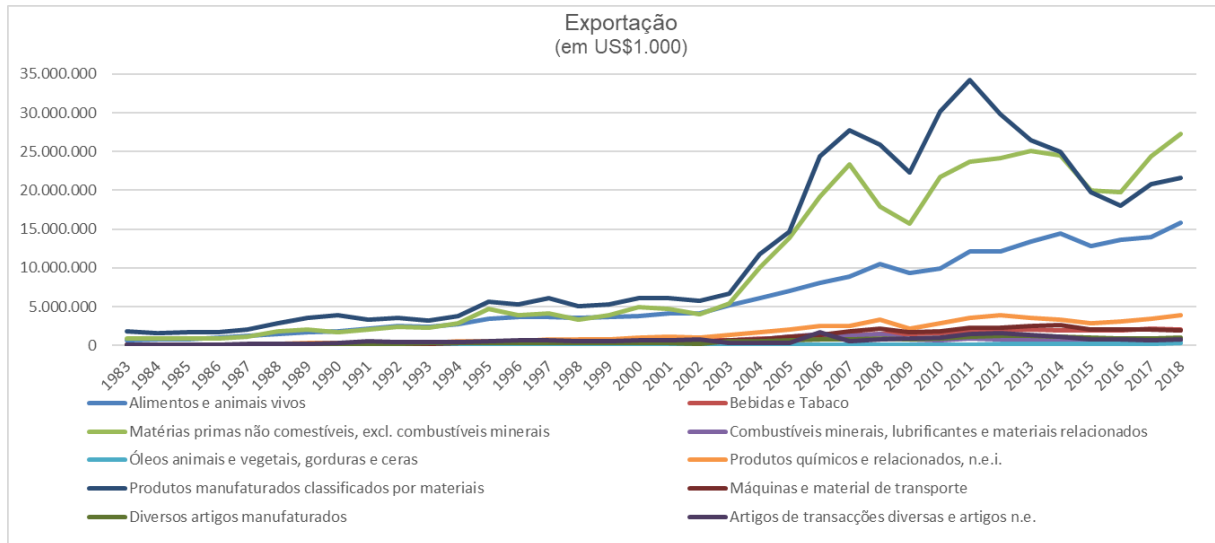
uma crise interna. Além disso, as exportações cresceram, mesmo que em alguns momentos menos que outros, durante quase todo o período do Gráfico 1 (abaixo), enquanto as importações reagem mais ao momento interno do país. Como exemplo, podemos notar que no período da crise entre 1982-1983 as importações tiveram queda significativa.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento de importação e exportação e crescimento do PIB do Chile

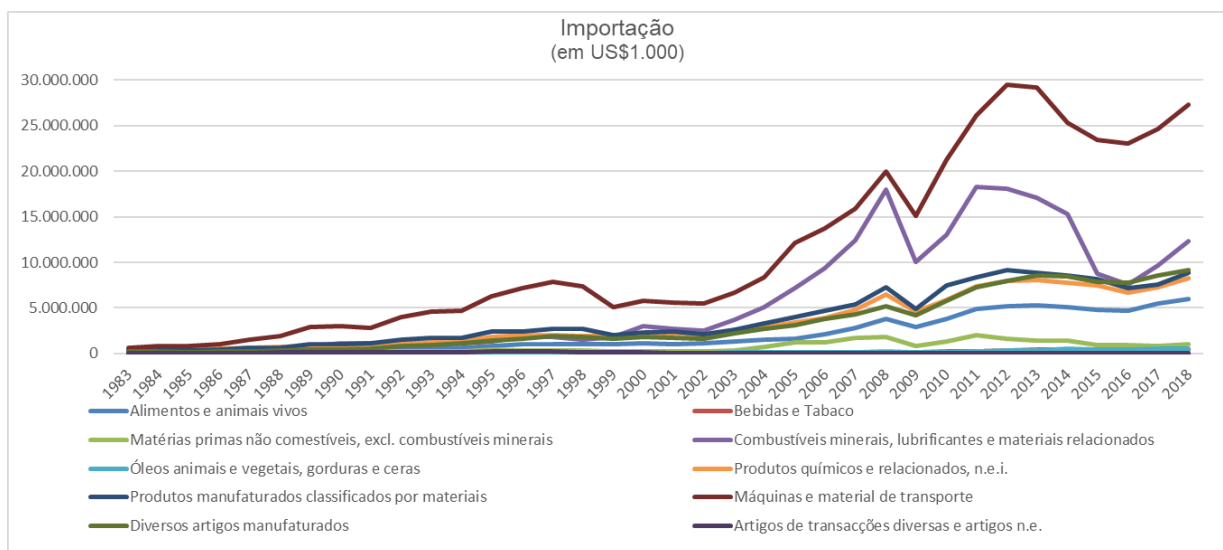


Fonte: Banco Mundial, Elaboração Própria

Já no Gráfico 2 abaixo, podemos ver em valor (mil dólares) a exportação chilena dividida por setores, e como ao passar dos anos os setores manufatureiros, de mineração (matérias primas não comestíveis, na legenda do Gráfico 2) e de alimentos e animais passaram a ter valores bem acima dos outros segmentos. Enquanto no Gráfico 3, podemos ver as importações chilenas e como bens de capital tem grande representatividade no valor das importações do país.

Gráfico 2 – Evolução das exportações chilena em milhares de dólares por segmentos

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS), Banco Mundial. Elaboração Própria.

Gráfico 3 – Evolução das importações chilena em milhares de dólares por segmentos

Fonte: World Integrated Trade Solution (WITS), Banco Mundial. Elaboração Própria.

As exportações cresceram continuamente no Chile desde as medidas tomadas pelo regime autoritário na metade da década de 70, não apenas em volume, mas também em diversificação da pauta exportadora. Em 1984 um dos objetivos do governo era a diversificação da pauta exportadora do país, e a partir de então produtos do mar, frutas, florestais, outros serviços ganharam relevância. O cobre é o principal produto da economia chilena, e o país é o maior produtor do mundo. Entre 1971-1973, o cobre representava mais de 70% das exportações, e se somado a outros produtos da mineração chegavam a representar quase 90%, já na primeira metade dos anos

90, o cobre passou a representar 40% (Agosian, 1999). Apesar da representatividade do cobre diminuir na pauta exportadora chilena, o volume aumentou e como podemos ver na tabela abaixo (Tabela 5), o Chile só cresceu como exportador de cobre:

Tabela 5 – Participação chilena na produção mundial de cobre

Ano	Participação na produção total mundial (%)
1960	12,6
1970	10,9
1980	13,8
1990	17,8
2000	36,4
2004	37,3

Fonte: World Bank (1987), World Bureau of Metal Statistics apud MELLER, 2003, p. 4.; para 2004, Procobre, 2007, citado por Mussa, Carvalho (2007)

O setor florestal também teve um papel relevante nas exportações do país, em 1973 correspondia a menos de 0,5% e no início de década de 80 passou a representar 7,9% do total (Mussa; Carvalho, 2007). O setor teve uma política industrial para ser desenvolvido, com linha de crédito mais vantajosa e incentivos especiais, já que se sabia que o país possuía vantagem comparativa na silvicultura com condições de solo e climáticas positivas. Pensando nisso, programas em universidades foram criados para desenvolver especialistas. Outro produto importante para o Chile é o vinho, que mesmo sendo uma atividade tradicional, não tinha padrão de exportação. Com a abertura comercial, foi possível melhorar a qualidade do produto e eficiência de produção, trazendo maquinário importado que ajudavam na produção a manter o padrão de qualidade exigido.

Nesse mesmo intervalo de tempo, os “outros manufaturados”, que incluem produtos alimentares prontos, peixes enlatados, vinho, peças de automóveis, equipamentos sanitários, entre outros, passaram a representar 30% das exportações, ante os 5% em 1971-1973, e se somado a produção de papel, madeira e peixes, isso representa 40% do total exportado. De acordo com Álvarez (2004), entre 1970 e 1989, o número de produtos exportados passou de 1.200 para 1.490, e entre 1990 e 2002, a evolução foi de 2.300 para 3.750. Abaixo (Tabela 6), numa tabela elaborada por Agosian (1999), podemos ver a evolução das taxas de crescimento das exportações por tipo de bens, e apesar da menor representatividade do cobre no total das exportações (Tabela 7), o volume exportado de cobre teve crescimento em todos os

períodos, exceto na crise que foi de -1%, mas mesmo assim foi o produto que menos reduziu no período:

Tabela 6 - Taxa anual média de crescimento de volume de exportação por tipo de bens

Taxa anual média de crescimento de volume de exportação por tipo de bens					
	1960-1970	1971-1973	1974-1981	1982-1989	1990-1995
Cobre	6,2	-1	7,8	4,6	7,8
Outros Minerais	1,6	-2,6	6,7	6,5	3,4
Produtos Agrícolas	2,4	-27,5	32,6	11,8	7
Produtos da pesca e do peixe	18,7	-31,1	45,8	11,1	3
Madeira e produtos de madeira	15,9	-25,1	41	7,3	4,3
Papel e celulose	16,7	-7,6	18,5	0,8	22,7
Outros Manufaturados	7,1	-28	38,6	9,2	12,7
Total Sem Cobre	4,6	-11,9	20,9	8,2	9,8
Total de Bens	5,6	-4,4	12	6,5	9

Fonte: Agosian, Manuel R. 1999

Já na Tabela 7 abaixo, elaborada por Álvarez e Lemus (2001 citada por Álvarez E., Roberto, 2004) é interessante ver a evolução e mudança para a representatividade média das exportações. A exportação de mineração representava mais de 80% entre 1960-1973, e passou para 45,9% entre 1991-1999, enquanto setores como o de manufatura, passou de 10% para 41,9% nos mesmos períodos, a manufatura em questão é focada em produtos de uso intensivo de recursos naturais e tecnologias padronizadas, como sucos de frutas, alimentos prontos, peixe enlatado, vinho, peças de carros e produtos de metais. A agricultura também cresceu bastante, passando de 3,2% para 10,1%. Mesmo com o sucesso em diversificação da pauta exportadora, umas das preocupações existentes é com o fato dela ser fortemente composta por produtos intensivos em recursos naturais, gerando dúvidas se o modelo chileno conseguirá manter taxas de crescimento sustentáveis a longo prazo (Lopes; Carvalho, 2010).

Tabela 7 - Representatividade média das exportações por setor no Chile em determinados períodos

Período	Representatividade média das exportações por setor %				
	Mineração	Agricultura	Pesca	Florestal	Manufaturado
1960-1973	86,5	3,2	1,8	1,9	10,1
1974-1980	66,8	5,5	4	7,3	27
1981-1990	55,4	10,2	7,4	7,9	32,3
1991-1999	45,9	10,1	3,9	7,9	41,9

Fonte: Álvarez e Lemus (2001) citado por Álvarez E., Roberto (2004)

Além das exportações, é possível ver como o produto interno bruto do Chile é dividido, e assim mais uma vez os mesmo setores (mineração, agricultura, indústria manufatureira) tem grande impacto na participação do PIB chileno. Contudo, entre 1996 e 2015, apesar dos mesmos setores serem ainda bastante representativos, houve uma dispersão, e a mineração por exemplo que representava 15,4% entre 1996 e 2000, passou a representar 10% entre 2011 e 2015, assim outros setores podem ter ganhado maior representatividade.

Tabela 8 - Representatividade média por setor no PIB do Chile em determinados períodos, de 1996 a 2015

	Participação no PIB de setores mais relevantes entre 1996 e 2015			
	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2015
Agricultura e florestais	3.2%	3.4%	2.9%	3.0%
Pesca	0.5%	0.5%	0.5%	0.6%
Mineração	15.4%	12.3%	10.8%	10.0%
Cobre	13.8%	11.0%	9.6%	9.1%
Indústria manufatureira	13.2%	11.8%	10.9%	10.4%
Alimentos, bebidas e tabaco	5.2%	4.7%	4.3%	4.2%
Químicos, petróleo, borracha e plástico	2.8%	2.6%	2.4%	2.3%
Maquinário, equipamentos, e outros	2.0%	2.0%	1.8%	1.7%

Fonte: Banco Central de Chile. Elaboração Própria

Fora a pauta exportadora, havia também a tentativa de diversificar o destino das exportações, assim com o tempo e com novos acordos comerciais, a União Europeia deixou de representar 60% do destino passando para 28% em 1998. Mesmo assim, como pode ser visto na Tabela 9 abaixo, grande parte das exportações ainda continuam focadas em países específicos, sendo que a partir de 2000, apenas 3 países sozinhos já eram responsáveis por mais de 40% das exportações chilenas.

Ainda, considera-se que as exportações continuam concentradas em poucos produtos, poucos setores e poucas empresas. As grandes empresas têm uma representatividade muito grande na quantia de divisas levadas pro país. (Mussa; Carvalho, 2007). De acordo com Lopes e Carvalho (2010), a composição da pauta exportadora varia de acordo com a região de destino, sendo que para países industrializados, produtos de menor valor agregado são predominantes, enquanto a América Latina é a principal compradora de produtos de alta tecnologia do país. A Ásia é responsável pela compra de quase 50% dos produtos primários chilenos.

Tabela 9 - Destinos das exportações chilenas e grandes concentrações de valores exportados

Ano	Números de Países Destinos	Exportações que representam 5% ou mais do valor total exportado
1983	41	EUA: 27%, Japão: 13,8%, Alemanha: 13,1%, França: 5,9%, Itália: 5,4%
1985	60	EUA: 23%, Japão: 14,4%, Alemanha: 10,8%, França: 6,6%, Brasil: 6%, Itália: 5,6%
1990	78	EUA: 17,8%, Japão: 18,5%, Alemanha: 10,4%, França: 7,3%, Brasil: 5,4%, Itália: 5,2%,
1995	92	EUA: 14,2%, Japão: 20,4%, Alemanha: 6,9%, Brasil: 7,7%
2000	122	EUA: 19,2%, Japão: 14,9%, China: 7,1%, Brasil: 5,1%
2005	171	EUA: 18,1%, Japão: 12,4% ,China: 12,2%, Coréia do Sul: 5,6%
2010	178	China: 25,7%, EUA: 11,1%, Japão:10,7%, Brasil: 5,9%
2015	177	China: 27,2%, EUA: 13,4%, Japão: 8,9%, Coréia do Sul: 6,7%, Brasil: 5,1%

Fonte: OEC, Elaboração Própria

Dados de uma pesquisa feita pelo ProChile (2002, citado por Álvarez E, Roberto, 2004), apesar da diversificação tanto da pauta quanto dos destinos e do aumento das empresas exportadoras, 50% das exportações do país se concentram em 10 produtos, 5 mercados e 25 empresas. Agregando as firmas que exportam entre US\$10 milhões a US\$100 milhões, menos de 4% das empresas concentram mais de 80% das exportações totais. Também é mencionado que quase um terço das empresas não conseguem exportar por mais de um ano. Mesmo assim o número de empresas exportadoras passou de 4.100 a 6.188 entre 1990 e 2002.

Tabela 10 – Número de empresas e participação nas exportações chilenas em 2002

Valor exportado em dólares	Número de empresas	% de empresas	Exportações em milhões de dólares	% das exportações
Menos de 100 mil	3656	59,8	78,2	0,4
Entre 100 mil e 1 milhão	1483	24,2	540,9	3,1
Entre 1 e 10 milhões	757	12,4	2474,8	14,2
Entre 10 e 100 milhões	197	3,2	5773,7	33,1
Mais de 100 milhões	25	0,4	8562,6	49,1

Fonte: ProChile (2002, citado por Alvarez E., Roberto 2004)

Ainda sobre o setor exportador chileno, o primeiro governo democrático que assumiu em 1990 tinha como objetivo continuar e aprofundar a abertura comercial que vinha sendo posta em prática nos anos precedentes. Dessa forma, uma das medidas tomadas foi a realização de acordos comerciais bilaterais, que abriram portas para o aumento das vendas e também para diversificação de produtos e destinos. Esses acordos permitiam ampliar ainda mais o mercado, dado que havia poucas outras oportunidades de maior abertura unilateral com tarifas de importação já muito baixas, além de evitar que o Chile fosse membro pleno de blocos comerciais, que poderiam exigir outros compromissos e atrapalhar negociações com outros países. Esses acordos bilaterais também podem ser vistos como forma de atingir objetivos políticos, estratégicos e de segurança com países vizinhos e da região como um todo. Assim, até 2007 foram assinados 24 acordos de livre comércio, sendo 23 acordos bilaterais e 1 plurilateral, com países tanto da América Latina quanto fora dela. A estimativa é de que 70% das exportações chilenas sejam cobertas por acordos de comércio (Lopes; Carvalho, 2010). Entre os países estão: Canadá, Coreia do Sul, China, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Estados Unidos, México, Japão, Peru, além de outros e União Europeia e Mercosul. Contudo, para alguns autores como Moreira & Blyde (2006, citado por Lopes; Carvalho, 2010), acordos multilaterais trariam grandes benefícios para o Chile, visto que diminuiria o custo relacionado a tanto acordos bilaterais. Sendo assim, o Chile participa da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), Associação Latino-americana de Integração (ALADI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) que são plurilaterais.

Com todas essas mudanças e medidas para fomentar o desenvolvimento de empresas exportadoras e competitivas, devemos entender como foi a transformação

no setor produtivo chileno. A rápida abertura comercial fez com que as empresas modificassem seus comportamentos a fim de sobreviver. Com o aumento da concorrência muitas empresas tiveram que mudar o estilo de gestão profissionalizando grupos diretivos e gerenciais, a estrutura da organização com maior simplificação e centros de custos, e o desenvolvimento de estratégias comerciais. Além das mudanças internas nas empresas, ficou evidente a necessidade de desenvolver as cadeias produtivas anteriores e posteriores. A primeira iria permitir uma maior produtividade da indústria, enquanto a segunda diversificaria as exportações e agregaria valor aos produtos. O desenvolvimento das exportações favorece novos serviços produtivos, visto que com maior escala se reduz o custo das empresas de cadeias posteriores, e também demanda insumos de cadeias anteriores. Para Diaz (1996, citado por Mussa; Carvalho, 2007), isso contribuiu para a expansão de bens de capital e equipamentos, e também para o desenvolvimento de serviços.

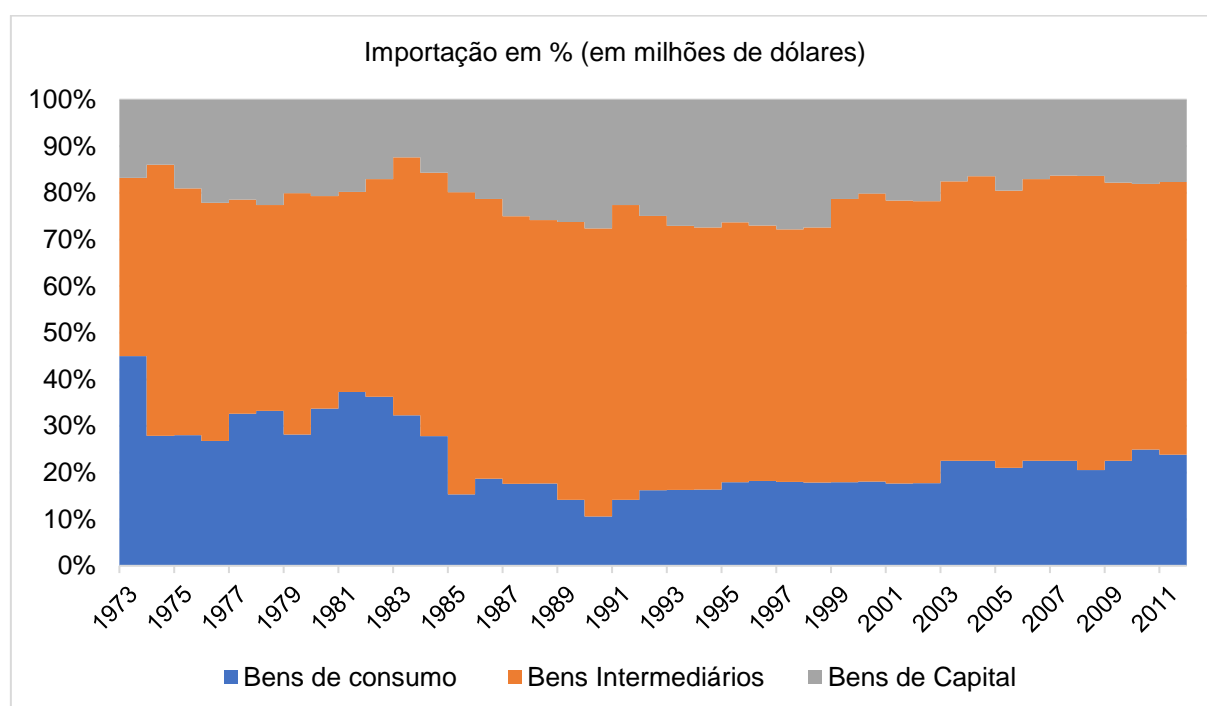
No Gráfico 4 abaixo, podemos ver a importação do Chile dividida entre bens de consumo (incluindo alimentos), bens intermediários e bens de capital. Bens de capitais importados representaram aproximadamente 20% do total das importações entre 1973 a 1982, reduzindo para 12% no período de crise (1982 e 1983). Podemos ver que na recuperação pós crise, bens de capitais foram aumentando lentamente na porcentagem do total das importações, chegando a 25% em 1987 e 28% em 1990. A partir de 1999, a participação de bens de capital na importação chilena diminuiu, voltando para próximo a 20%. Importação de bens de capital é considerado uma boa proxy para investimentos e assim crescimento, então nos períodos de crise o investimento é menor, e provavelmente com ociosidade no período de recuperação a retomada na importação de bens de capital é mais lenta. Taxa de investimento e progresso tecnológico são variáveis presentes na maioria dos modelos de crescimento econômico, independentemente da corrente de pensamento sendo importante tanto no modelo de Solow ², quanto em um modelo de crescimento endógeno como o de Romer ³. Bens de capital também podem muitas vezes aumentar a produtividade, ou qualidade dos produtos, tornando-os mais competitivos no mercado, e com menor protecionismo é mais viável importá-los como também é

² Estuda o crescimento da economia de um país ao longo do tempo, em que o produto per capita é uma função crescente da razão entre capital e trabalho.

³ Modelo que diz que as forças de crescimento vêm do próprio modelo, sendo conhecimento uma delas.

necessário para ter qualidade comparável com produtos competidores que também podem entrar no país mais facilmente. Além disso, com o passar dos anos podemos perceber que a importação de bens de consumo foi diminuindo no total das importações, enquanto bens intermediários começaram a ter maior representatividade, e como mencionado anteriormente, bens intermediários que fossem usados para produtos depois exportados poderiam ter incentivos do governo. No Gráfico 4 abaixo, bens de consumo parecem ter aumentado a representatividade no período da crise, contudo em valor suas importações caíram em média 32% entre 1982 e 1985, só voltando a recuperar em 1986. Já bens intermediários tiveram queda de aproximadamente 7% no mesmo período, e 9% para bens de capital.

Gráfico 4 – Importação chilena dividida entre Bens de Consumo, Bens Intermediários e Bens de Capital, entre 1973 e 2011



Fonte: Banco Central de Chile, Elaboração Própria

Produtividade é um ponto de grande importância para entender melhor os efeitos da liberalização econômica em um prazo mais longo. A liberalização tem como um de seus efeitos um menor protecionismo das indústrias domésticas, fomentando uma maior competição. Como resultado, geralmente indústrias domésticas menos produtivas e com custos muito altos acabam saindo do mercado, enquanto as mais produtivas sobrevivem e podem se desenvolver ainda mais. De acordo com Pavcnik

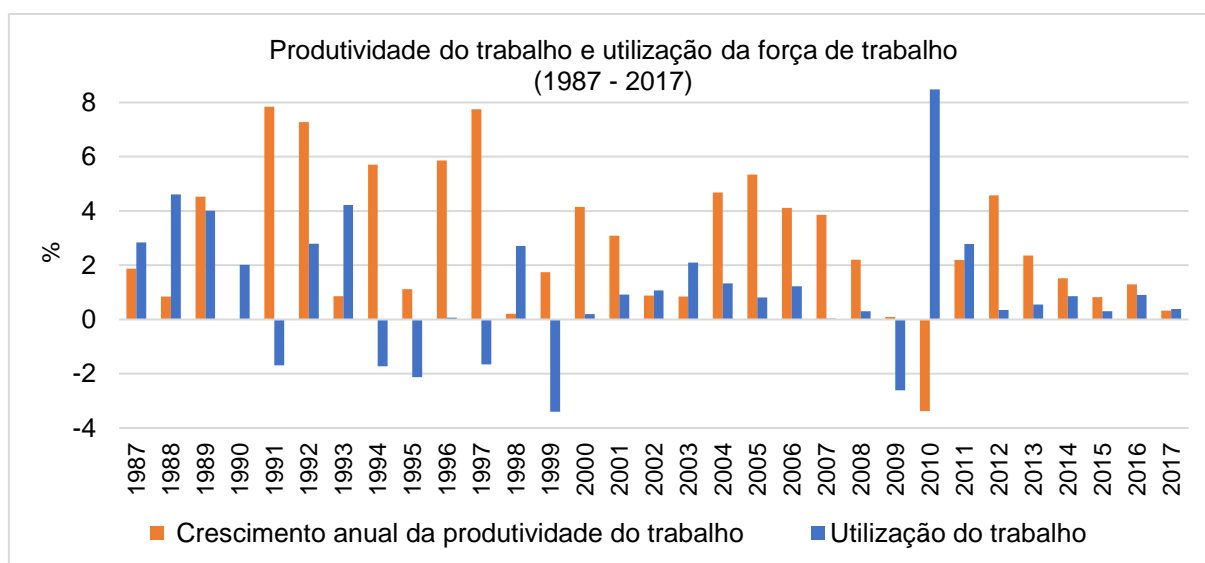
(2002), no Chile entre 1970 e 1980 com uma rápida mudança no protecionismo das empresas houve saída massiva de indústrias, representando um processo de ajuste do livre mercado (no artigo da autora ela menciona que a análise feita contava com todas empresas com 10 ou mais funcionários). Do período de 1979 a 1986, 35% das empresas fecharam, essas empresas em 1979 representavam 25% da força de trabalho e 13% de investimento. Dentre as empresas que fecharam, 13% eram focadas em exportação, 40% eram empresas focadas no mercado doméstico e 47% eram de bens não comercializáveis. Em relação a força de trabalho, 19% dos que perderam o emprego eram do setor exportador, 43% do setor que competia com as importações e 38% do setor de bens não transacionáveis. Isso mostra que o setor que mais sofreu foi o que começou a ter maior competição com produtos importados. A produtividade agregada cresceu no Chile em 6 de 8 setores, entre eles alimentos processados, têxteis, químicos, vidros, metais básicos, maquinários e equipamentos, e caiu na produção de madeira e na indústria de papel. Nesse período, a produtividade agregada variou de 7,6% em maquinários e equipamentos, para 18% em alimentos, têxteis, metais básicos, 33% em vidro e 43% em químicos. Por fim, a produtividade agregada em geral nesses 7 anos cresceu 19%, sendo 6,6% devido a produtividade das plantas e 12,7% devido a realocação dos recursos (de menos produtivos para mais produtivos).

Ainda de acordo com Pavcnik (2002), possuindo uma extensa base de dados e separando os choques de produtividade externos à liberalização da economia, algumas conclusões foram feitas. Uma delas é a de que a liberalização no Chile trouxe maior produtividade, podendo ser observada pelo fato de que nas firmas em que havia concorrência com importadores a produtividade cresceu de 3 a 10% a mais do que as firmas de bens não transacionáveis. Esse dado sugere também que tais empresas cortaram custos. Outra conclusão foi a de que as firmas que saíram do mercado eram em média 8% menos produtivas do que as firmas que continuaram produzindo. Assim, com realocação de *market share* e recursos de empresas menos produtivas para mais produtivas tem um impacto positivo na produtividade. Por fim, outro fato interessante é que as firmas que já eram do setor exportador não tiveram uma melhora significativa de produtividade comparado com os outros setores, assim a autora cita que isso pode ser devido a produtividade delas já ser alta antes da liberalização por fazerem parte do setor exportador.

De acordo com Gallego e Loayza (2001), a produtividade no Chile após 1985 foi o principal fator gerador do crescimento do PIB, seguido por um aumento no capital físico. Entre 1961 e 1985, o principal fator do crescimento do PIB era o trabalho, e a produtividade era pouco expressiva nos resultados de seus estudos, uma decomposição do crescimento do PIB através das contribuições dos fatores de produção. Já a partir de 1986, a PTF foi o fator dominante no crescimento do produto do país, mesmo com altos crescimentos da força de trabalho e do capital físico. É plausível considerar que as mudanças iniciadas no século anterior, tiveram efeito na produtividade apenas mais adiante, enquanto em um primeiro momento outros fatores como trabalho e capital físico foram mais importantes.

Uma das formas de dividir o crescimento do PIB é entre produtividade do trabalho, medida por crescimento do PIB por hora trabalhada, e utilização da força de trabalho, medida por mudanças nas horas trabalhadas per capita (OECD, 2019). Assim, no Gráfico 5 abaixo vemos que a produtividade do trabalho cresceu desde 1987 continuamente, exceto em 2010, e a partir de 2013 apresentou taxas mais baixas de crescimento. Enquanto, a utilização da força de trabalho teve tanto períodos de crescimento quanto de diminuição, como em 1991, 1994, 1995, 1997, 1999 e 2009.

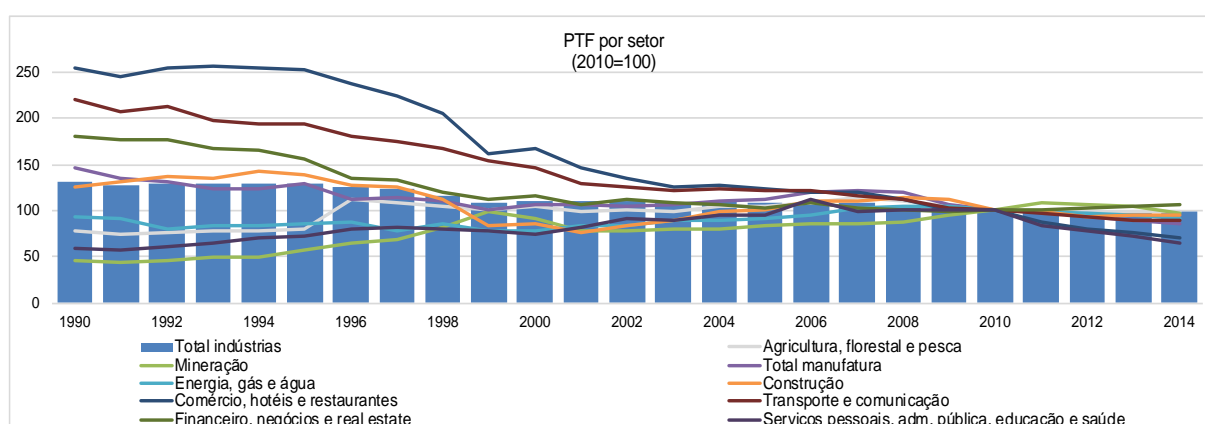
Gráfico 5 – Produtividade do trabalho e utilização da força de trabalho entre 1987 e 2017



Fonte: OECD, Elaboração Própria

Ainda em relação a produtividade, o Gráfico 6 abaixo mostra a PTF (produtividade total dos fatores) no qual o crescimento do PIB é dado por aumento de produtividade dos fatores. Dessa forma, vemos que de 1990 até 2010 os setores de mineração, manufatura, agricultura, florestal e pesca, e energia, gás e água apresentaram crescimento na produtividade pela PTF, enquanto os outros apresentaram a PTF diminuindo.

Gráfico 6 – Produtividade por produtividade total dos fatores por setores de 1990 a 2014



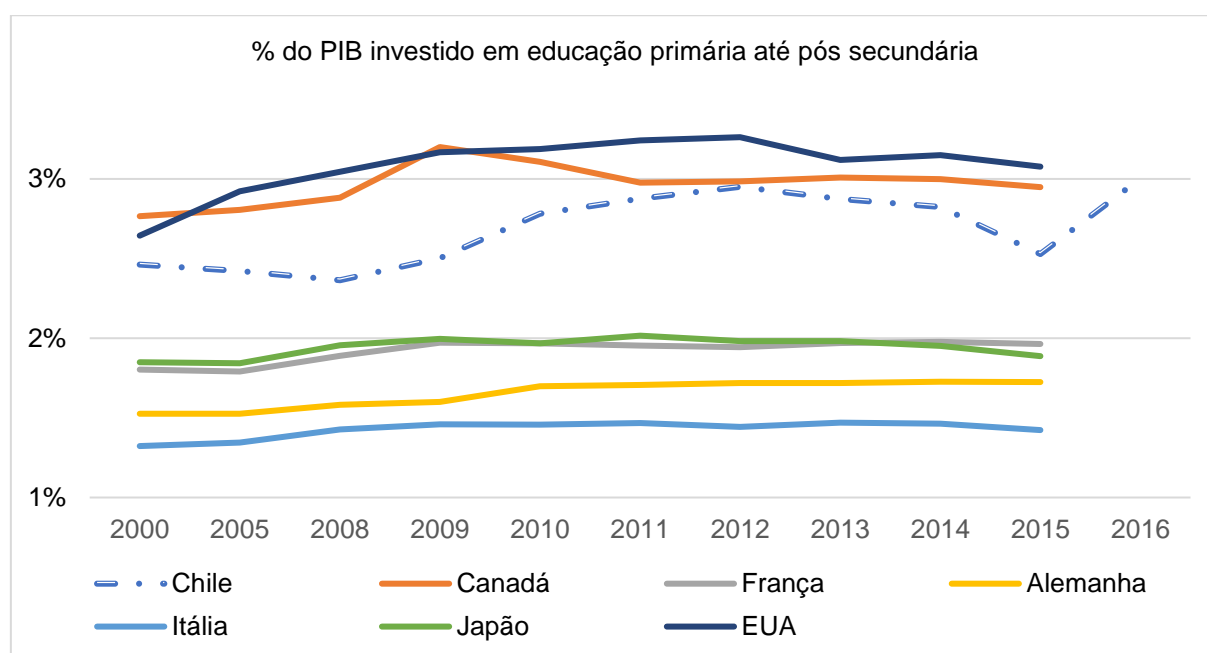
Fonte: La Klems (2019), Elaboração Própria

De acordo com Agosin (1999), existe uma barreira para rápido crescimento e resposta em relação a oferta, sendo que um dos problemas é a falta de informação dos produtores locais, que não conhecem tecnologias que podem ajudá-los a melhorar a produção e competir com os produtos estrangeiros, também não conhecem os meios de distribuição e canais de vendas no mercado externo, além de não conhecerem as preferências dos consumidores externos. Assim, um ponto importante no sucesso do Chile foram instituições criadas para ajudar empresas a conseguirem melhores resultados. Uma delas é a ProChile, criada em 1974, com o intuito de guiar, treinar, ensinar e abrir portas para empreendedores. O ProChile trazia informação e entendimento de mercado, fazia feiras, ajudava novas empresas, fazia conferências para programas de exportação e entre outras funções que ajudavam as empresas e as tornavam mais preparadas para o mercado global, além de conectá-las a potenciais clientes. As empresas que faziam parte do ProChile tendiam a exportar mais e também para mais países. (Mussa; Carvalho, 2007). Um motivo importante na tentativa de melhorar as empresas foi que empresas exportadoras de

diversos países mostraram ser diferentes das empresas que servem o mercado doméstico, sendo elas maiores, mais produtivas, com capacitado e intensivo capital humano, além de pagarem salários mais altos. (Bernard; Jensen; Redding; Schott, 2007). Contudo, essas firmas tendem a ser mais produtivas antes mesmo de se tornarem exportadoras, sendo a produtividade e custos que tornam a empresa capaz de superar as dificuldades e custos para entrar no mercado de exportação. Continuando com o intuito de promoção comercial, a partir de 1990, o governo estimulou a criação de associações para promover seus produtos e compartilhar o conhecimento de mercado, e as atividades dessas associações eram subvencionados pelo governo. Não apenas isso, foi criada a Fundación Chile, instituição com fins lucrativos, mas que aproveitou de muitos subsídios governamentais, que visava criar e desenvolver tecnologias que depois eram vendidas para o setor privado. (Agosin, 1999).

Fator importante para um desenvolvimento sustentável é educação que traz externalidades positivas, sendo essa uma falha em países subdesenvolvidos. Assim, no Gráfico 7 abaixo podemos ver que o Chile, comparado com países desenvolvidos investe parte do PIB relativamente igual comparado a países desenvolvidos, o que pode trazer um crescimento mais sustentável ao longo do tempo.

Gráfico 7 – % do PIB investido em educação primária até pós secundária, entre 2000 e 2016. Comparação entre Chile e países desenvolvidos.



Fonte: OECD Data (2019). Elaboração Própria

Por fim, podemos analisar na Tabela 11 como foi o desempenho social do Chile nos períodos analisados neste estudo (1974-2000). O desemprego apresenta taxas altas, mesmo nos períodos de crescimento do PIB, chegando ao auge no período de crise. O desemprego ficou menor apenas na década de 90. Já o salário médio caiu no primeiro período, e de forma diferente subiu no período de crise, que de acordo com Stallings et al. (2001), aconteceu, pois, a queda máxima dos salários foi em 1975, recuperando-se no período até a crise. O salário de fato subiu apenas na última década também. Tanto a pobreza, a distribuição de renda e o gasto social só tiveram melhoras mesmo entre 1990 e 2000. A distribuição de renda apesar de ter melhorado, ainda é considerada alta.

Tabela 11 – Variáveis sociais entre 1974 e 2010

Variáveis econômicas, 1974 – 2010					
Variável	1974-1981	1982-1984	1985-1989	1990-2000	2001-2010
Desemprego (% da força de trabalho)	16,9	27,4	14,2	7,6	9,0
Salário médio (1970=100)	75,7	90,1	86,7	115,8	152,8
Nível de pobreza (% da população)	n.d.	n.d.	45,1	27,4	28,4
Distribuição de renda	14,3	17,8	18,8	14,9	
Gasto Social (1970=100)	78,3	97,2	86,4	115,6	

Fonte: Até 2000: Ffrench-Davis e Tapia para desemprego, salário médio, distribuição de renda e gasto social (a partir de 1986); Cabezas (1988) para gasto social de 1974 a 1985; Ffrench-Davis (2001) para pobreza, mencionado por Stallings et al. (2010). A partir de 2001: Banco Central de Chile para desemprego e salário médio, Banco Mundial para nível de pobreza.

3 Metodologia

O trabalho em questão é um estudo de caso, que busca a partir da experiência do Chile de crescimento a partir da liberalização econômica e voltado para exportações entender quais medidas tiveram sucesso e impactaram as taxas de crescimento apresentadas por esse país principalmente entre 1980 e 2000. Para realizá-lo, houve revisão de literatura para entender e desenvolver o tema. O país, como foi visto anteriormente (Tabela 2), apresentou a partir de 1983 crescimento acima da média dos países sul americanos, e muito disso pode ser atribuído ao foco que o país deu as exportações, assim como os Tigres Asiáticos. O país governado por Allende entre 1970 e 1973, em uma tentativa socialista, foi deixado com estagnação no crescimento econômico e na produção manufatureira, além de contração das exportações (Agosin, 1999). Assim, as medidas tomadas a partir de 1974 promoveram grandes mudanças no país, permitindo uma análise de seus impactos.

O estudo foca em analisar e comparar diferentes publicações sobre o tema, entender quais foram os problemas, analisar as evidências, desenvolvendo o tema de forma lógica e clara, para então a partir dos pontos importantes tentar concluir quais realmente foram essenciais para o desenvolvimento do Chile, e como isso poderia afetar outras economias caso seguissem o exemplo de abertura econômica, com menor protecionismo, além do foco exportador. A partir de dados de crescimento do Produto Interno Bruto e dados referentes as importações e exportações do país podemos tentar entender como realmente as políticas econômicas da época surtiram efeito. A maioria dos dados é proveniente do Banco Mundial, como as taxas do PIB, importações e exportações em volume, do Banco Central do Chile, como desemprego, salário médio, divisão da importação e do PIB, entre outros. Também, a partir da leitura sobre o tema, diversos gráficos foram utilizados. Para compreender também mais a fundo a economia, será vista a pauta exportadora, a evolução dos países destinos, a representatividade de cada destino em valor exportado, evolução das empresas exportadoras, tipo de bens importados, produtividade, educação e dados sociais. Tarifas de importação são referentes ao protecionismo, tentando entender se houve práticas mais liberais e competitivas ou mais protecionistas.

Assim, esse estudo será feito a partir de análise de leitura e análise de dados que tentem comprovar pontos de vista para então, conclusões a respeito do tema serem tomadas.

4 Conclusão

Nas últimas décadas, diferentes políticas econômicas foram testadas e tomadas pelos países do mundo. Como caso de sucesso de crescimento temos os Tigres Asiáticos, com grande destaque para China e Japão, que superaram a média mundial de crescimento. Essas economias asiáticas, ao contrário de outras em desenvolvimento, decidiram por uma forma alternativa: focar nas exportações ao invés de focar na substituição de importações. Elas se preocupavam com o comércio, e regulavam o mercado favorecendo as exportações. Além disso, o Consenso de Washington com ideias de competitividade e um mercado mais aberto e desregulamentado, a favor da liberalização comercial foi padrão da época. A junção desses modelos adotados pelo Chile resultou em grandes avanços e médias de crescimento econômico nas décadas passadas para o país, começando em 1973 uma liberalização econômica e fomento para um mercado competitivo e exportador. As reformas estruturais feitas no país tem um resultado importante na América Latina, tanto pelo fato de terem ocorrido antes de outros países quanto por deixar marcado um crescimento elevado e sustentável, um auge nas exportações, desemprego reduzido e índices de pobreza menores. De acordo com Agosin (1999), o crescimento econômico chileno foi que as exportações geraram crescimento.

A partir de 1973, com um novo governo em posse, medidas de liberalização comercial e foco nas exportações foram tomadas, e o país começou a ter crescimento tanto do PIB quanto das exportações. Houveram quatro reformas econômicas fundamentais: reforma comercial, com liberalização para importações acabando com barreiras tarifárias e não tarifárias, reforma financeira doméstica, ampliando crédito e limitando regulamentações, reforma da abertura da conta de capital, permitindo entrada de capital estrangeiro e instituições financeiras, com tratamento igual para bancos nacionais e estrangeiros, por fim a reforma de privatizações, tirando o poder do governo de inúmeras empresas. Porém, em 1982 algumas medidas resultaram numa crise no balanço de pagamentos e uma crise financeira que tiveram o auge junto com a Crise da Dívida do México. O país sofreu muito com a crise e algumas medidas protecionistas e de fomento as exportações foram tomadas nesse período, sendo depois relaxadas gradualmente para continuar a favorecer a livre competição. A partir das medidas pós crise e intensificação do foco exportador, com apoio do governo para incentivar e ajudar empresas exportadoras, o país apresentou crescimento médio

superior aos vizinhos. Para isso, desde medidas macroeconômicas como câmbio depreciado, juros baixos, e incentivo a demanda foram tomadas. O governo também buscava trazer investimento direto estrangeiro com foco nas empresas com potencial exportador. A partir de 1990, o governo democrático permaneceu fomentando a indústria exportadora e a abertura comercial, e entendeu que intervenções que favorecessem a indústria chilena deveriam ser feitas. Nessa época, também inúmeros acordos bilaterais foram feitos para expandir ainda mais o mercado que o Chile podia alcançar.

Além disso, o país conseguiu aumentar a pauta exportadora e os destinos de exportação, medidas que fortalecem o país em casos de crises e aumentam constantemente a demanda. Também, não menos importante o país tentou ajudar empresas para se tornarem exportadores e capacitadas para entrar nos mercados de alta competição, com instituições como ProChile, que forneciam dados de mercado, informações e também capacitação aos empreendedores. Como dito anteriormente, uma empresa que fazia parte do ProChile, teria mais chances de ser exportadora. Tanto o ProChile, quanto outros programas do governo estimulavam feiras e desenvolvimento das empresas, conectando produtores locais a potenciais clientes. Um desafio em tornar uma economia exportadora é a falta de informação dos produtores locais, que pouco sabem como chegar aos destinos estrangeiros.

A produtividade chilena também cresceu entre 1987 e 2010, principalmente nos setores que o Chile é bastante competitivo, como mineração, agricultura, florestal e pesca e manufatura. Essa última, mesmo com aumento da produtividade, tem uso intensivo de recursos naturais ou aplicação de tecnologias convencionais. De qualquer forma, houve importação de bens de capital, sendo uma proxy de investimento e também podendo prover indústrias de tecnologias melhores, tornando-as mais competitivas. Também foi visto em um estudo feito por Pavcnik (2002) que muitas empresas fecharam entre 1979 e 1986, e as que mais sofreram foram as voltados para o mercado interno. Assim, o que deve ter ocorrido é um ajuste natural do livre mercado, em que as empresas mais produtivas sobreviveram. O setor que já era focado em exportação sofreu menos com a liberalização do comércio, provavelmente por já estar em um patamar competitivo mundialmente.

O crescimento chileno se deve bastante ao modelo de economia aberta do governo de Pinochet e continuado pelo governo democrático em 1990. Entre elas estão as importantes reformas econômicas e sociais, que facilitaram o comércio

internacional e a abertura a economia, fomentando a competição, criaram instituições financeiras competitivas que podiam fomentar investimentos, facilitaram o IED e também privatizaram empresas. Não só isso, as reformas sociais tomadas foram de acordo com os princípios de maior competição, como a reforma do trabalho, acabando com muitos direitos sindicais. Além disso, foram tomadas medidas em favor das exportações, assim como o caso dos tigres asiáticos e também das medidas para favorecimento da competição. Porém, não podemos afirmar após o estudo que esse crescimento seja sustentável ao longo prazo. Um fato relevante citado por Agosin (1999), é de que na época das mudanças econômicas, o Chile tinha uma infraestrutura moderna e ampla, que foi essencial para o crescimento das exportações. Hoje, a infraestrutura chilena é um gargalo e deixa a desejar para a continuação do forte crescimento. Outro ponto que pode ser um desafio para o Chile é que mesmo sendo um país voltado para as exportações, a pauta exportadora é fortemente composta por produtos de uso intensivo de recursos naturais e baixa tecnologia, podendo ficar para trás de melhores tecnologias e continuar exportando produtos de baixo valor agregado, e importando produtos de maior valor agregado. Em relação as exportações, um grande desafio é conseguir elevar o patamar do que é produzido, o que demandaria desenvolvimento de recursos humanos, altos investimentos em P&D, entre outros.

Ainda em relação a desafios, o Chile teve sucesso em expandir o destino de suas exportações, mas em 2015 aproximadamente 50% são destinadas apenas a três países: China, EUA e Japão. Sendo a China responsável por 27% das exportações chilenas, assim o país corre um alto risco caso haja um desaceleramento da economia chinesa, e também das economias americana e japonesa.

De toda forma, esse período da economia chilena com certeza deixou uma herança para o país: alto crescimento econômico, maior inserção no mercado internacional, setores industriais e do agronegócio mais modernos e indicadores socioeconômicos melhores do que os vizinhos.

Referências:

- AGOSIN, Manuel R. Trade and growth in Chile. *Cepal Review*, 1999. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10688/68079100I_en.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 17 de novembro de 2018
- ALMEIDA, Paulo Roberto. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. Rev. bras. polít. int. vol.44 no.1 Brasília Jan./June 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 de outubro de 2018.
- ALVAREZ, Roberto. Revista de La Cepal 83. Agosto 2004. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10968/083121134_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em : 07 de outubro de 2018.
- BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/TX.QTY.MRCH.XD.WD?locations=CL> . Acesso em: 07 outubro 2018.
- Banco Central de Chile – Base de Datos Estadísticos. Disponível em: <https://si3.bcentral.cl/Siete/secure/cuadros/arboles.aspx> . Acesso em: 25 de maio de 2019
- BARRO, Robert J. Determinants of Economic Growth: Implications of the Global Evidence for Chile. Cuadernos de Economía Año 36, nº 107, pp 443-478. Disponível em: <http://economia.uc.cl/docs/107barra.pdf> . Acesso em: 03 outubro de 2018.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. Nueva Sociedad, n. 183, 2002. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1782/1/S330122F437E2003_es.pdf Acesso em: 26 de março de 2019
- GALLEGO, Francisco & LOAYZA, Norman, 2002. "The Golden Period for Growth in Chile. Explanations and Forecasts," Central Banking, Analysis, and Economic Policies Book Series, in: Norman Loayza & Raimundo Soto & Norman Loayza (Series Editor) & Klaus Schmidt-Hebbel (Series Editor) (ed.), Economic Growth: Sources, Trends, and Cycles, edition 1, volume 6, chapter 13, pages 417-464 Central Bank of Chile. Disponível em: http://si2.bcentral.cl/public/pdf/banca-central/pdf/v6/417_464gallego_loayza.pdf Acesso em: 31 de março de 2019
- GREGORIO, Jose. Economic Growth in Chile: Evidence, Sources and Prospects. 2004 . Working Papers Central Bank of Chile 298, Central Bank of Chile.
- ILHA, Adayr DA SILVA. Integração como alternativa de desenvolvimento aos países latino-americanos. *Revista del CESLA*, 2006, 8: 131-138. Disponível em: <http://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/download/238/235> . Acesso em: 18 de novembro de 2018.
- KUNZLER, Pedro. Abertura Econômica e Desenvolvimento: Um estudo comparativo entre Coréia do Sul e Chile. Monografia (Economia), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/97711> Acesso em: 03 de outubro de 2018.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional. 8ª edição. Pearson 553 p
- LAKLEMS (2019). LAKLEMS: Crecimiento Económico y Productividad en América Latina. Janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.laklems.net/> . Acesso em: 18 de maio de 2019
- LOPES, Renata Rossetto; CARVALHO, Carlos Eduardo. Acordos bilaterais de comércio como estratégia de inserção regional e internacional do Chile. *Contexto int.*, Rio de Janeiro , v. 32, n. 2, p.

643-693, Dec. 2010 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000200011&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 31 de março de 2019

MARQUES, Maria Silvia Bastos; BATISTA JR, Paulo Nogueira. Protecionismo dos países industrializados e dívida externa Latino-americana. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 27, n. 2, p. 36-47, June 1987 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901987000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de outubro de 2018.

MUSSA, Luciano; CARVALHO, Carlos Eduardo. **O desempenho exportador do Chile: um debate em andamento Cadernos PROLAM/USP (ano 6 - vol. 1 - 2007), p. 211 - 258.** Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/download/82296/85269/> Acesso em: 03 de outubro de 2018.

OECD (2019), Education spending (indicator). Disponível em: <https://data.oecd.org/eduresource/education-spending.htm> . Acesso em: 26 de maio de 2019

OECD (2019), Labour productivity and utilisation (indicaDor). Disponível em: <https://data.oecd.org/lprdy/labour-productivity-and-utilisation.htm#indicator-chart> . Acesso em: 18 de maio de 2019

PAVCNIK, Nina. Trade Liberalization, Exit, and Productivity Improvements: Evidence from Chilean Plants. **The Review Of Economic Studies**. [s.i.], p. 245-276. out. 2002. Disponível em: <https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/sites.dartmouth.edu/dist/4/2002/files/2018/08/trlib_pap-1ckx07m.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

The Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chl/> Acesso em: 17 de novembro de 2018.

STALLINGS, Barbara et al. **Reformas, crecimiento y políticas sociales en Chile desde 1973.** Santiago: Lom, 2001. 333 p. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1698> . Acesso em: 30 mar. 2019.